DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 2579/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/2807/2018
PROTOCOLO	: 1892348
ÓRGÃO	: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE BANDEIRANTES/MS
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ALVARO NACKLE URT
TIPO DE PROCESSO	: CONTAS DE GESTÃO
RELATORA	: CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023).

Vistos, etc.

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Bandeirantes, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Marcos Antonio Paschoalim, secretário de educação à época e do Sr. Alvaro Nackle Urt, Prefeito Municipal à época.

As contas em análise foram julgadas irregulares, com aplicação de multa de 85 UFERMS ao secretário de educação à época e de 15 UFERMS ao prefeito à época, conforme consta do Acórdão AC00 – 1211/2021 que transitou em julgado em 23/03/2022 (peça 79).

Conforme certificado às fls. 518/520, a multa aplicada ao Sr. Alvaro Nackle Urt foi quitada em 12/09/2022 com os benefícios decorrentes do REFIC, instituído pela Lei 5.913/2022. Consta da Certidão de fl. 521 que a multa imposta ao Sr. Marco Antonio Paschoalim permanece pendente de pagamento.

Remetidos aos autos para manifestação do Ministério Público de Contas, o órgão ministerial (PAR – 2ª PRC – 2264/2023) manifestou-se pelo cumprimento da deliberação, quanto ao Sr. Alvaro Nackle Urt, manifestando-se pelo prosse-

guimento do feito com adoção das medidas necessárias para cobrança da multa imposta ao Sr. Marcos Antonio Paschoalim.

É o relatório.

Com razão o MPC. Com o trânsito em julgado da decisão a única providência pendente para consumação do controle externo (RI/TC/MS – art. 187, II, 'a') nestes autos, era o pagamento da multa aplicada, **que ocorreu por adesão ao REFIC conforme certificado às fls. 518/521, apenas quanto à penalidade imposta ao Sr. Alvaro Nackle Urt, restando pendente de recolhimento ao FUNTC a sanção imposta ao Sr. Marcos Antonio Paschoalim, razão pela qual os autos não podem ser arquivados/extintos**.

Diante do exposto, acompanho o parecer ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1 - Pela **baixa de responsabilidade do Sr. Alvaro Nackle Urt**, com fulcro no art. 187, II, "a", do Regimento Interno (pagamento da multa aplicada) c/c art. 6º parágrafo único da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 24, de 01 de agosto de 2022 (pagamento da multa por adesão ao REFIC);

2 – Pelo **prosseguimento dos trâmites de cobrança da penalidade pecuniária imposta ao Sr. Marcos Antonio Paschoalim, em virtude da ausência de recolhimento do montante devido ao FUNTC**;

3 – Pela I**NTIMAÇÃO** dos interessados acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno;

4 – Pelo encaminhamento os autos a Gerência de Controle Institucional, para que seja procedida a respectiva baixa de responsabilidade do interessado, bem como, para nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, processar-se às devidas anotações, e demais providências cabíveis.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 23 de março de 2023.

PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA

ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.